

Moção 54

Mais do que paridade: o Feminismo como condição democrática

O LIVRE orgulha-se de liderar debates fundamentais para a sociedade do século XXI, promovendo a discussão de novas ideias e políticas inovadoras sobre a nossa relação com o trabalho, por exemplo, com a escola pública ou com o planeta e o ambiente que nos rodeia.

As nossas propostas são o reflexo dessa forma de fazer política: inconformada, que não se resigna perante as soluções do costume e que não tem receio de ousar uma visão da sociedade mais solidária, mais empática e mais justa.

Existe, contudo, uma área em que ainda não estamos à altura da ambição que demonstramos noutros domínios: o feminismo. Falhámos a sua inclusão na nossa Declaração de Princípios e, apesar das inúmeras propostas que apresentámos para alargar os direitos das mulheres, continuamos órfãos desse desígnio fundacional e do peso institucional e ideológico que a sua consagração nos documentos fundadores representaria.

Não podemos voltar atrás no tempo, nem pretendo propor a alteração desses documentos. Importa, porém, encontrar formas de afirmar explicitamente este compromisso e de garantir que tanto as nossas propostas políticas como a nossa organização interna reconhecem a importância que esta luta merece hoje.

Num momento em que assistimos ao crescimento do discurso de ódio contra as mulheres, contra as pessoas LGBTQIA+, à reemergência de concepções profundamente conservadoras sobre o seu papel na sociedade e, em vários países, à reversão de direitos arduamente conquistados, não podemos refugiar-nos na ideia de que «já fazemos mais do que os outros». Essa não pode ser a nossa bitola.

Hoje, o LIVRE assegura a paridade nos seus órgãos e listas eleitorais. Mas a igualdade formal não esgota a nossa responsabilidade política nem pode ser confundida com igualdade substantiva, da mesma forma que a igualdade de género não termina na ideia de homem e mulher.

Vivemos numa sociedade onde persistem profundas assimetrias; na progressão profissional, nos salários, na distribuição do trabalho doméstico e de cuidado, nos lugares de decisão, ou na esfera pública e política. Neste contexto, importa questionar se a paridade ou a igualdade de representação deve ser entendida apenas como um piso mínimo de representação ou também como um tecto inultrapassável. Um partido verdadeiramente feminista não pode correr o risco de transformar um instrumento concebido para corrigir desigualdades históricas num mecanismo que limita a representação política das mulheres.

A paridade deve ser um ponto de partida, não um ponto de chegada. Deve garantir que as mulheres nunca são excluídas dos espaços de decisão, e portanto não deve impedir que possam estar representadas acima dos 50%, quando tal resulte da livre escolha democrática das pessoas participantes.

O objetivo do feminismo não é inverter relações de poder nem substituir uma sub-representação por outra, é construir uma sociedade em que o género deixe de constituir um fator de desigualdade e em que todas as pessoas possam participar plenamente na vida política e social. Enquanto essa sociedade não existir, devemos

ter a coragem de discutir se os instrumentos que criámos continuam a servir esse propósito ou se, pelo contrário, devem ser repensados. Os mecanismos de ação positiva implicam inevitavelmente escolhas difíceis e, por vezes, sacrifícios individuais. Mas a sua legitimidade reside precisamente no benefício coletivo que produzem.

Uma sociedade onde as mulheres participam plenamente na vida política e ocupam, em igualdade de circunstâncias, posições de liderança é uma sociedade mais democrática, mais representativa, e capaz de produzir melhores decisões. Quando um homem abdica de uma posição (a favor de uma mulher ou de uma pessoa de género não-binário) para permitir uma representação mais equilibrada, não está apenas a corrigir uma desigualdade estatística. Está a contribuir para a construção de instituições mais diversas, mais justas e mais próximas da sociedade que pretendemos representar. E esse ganho coletivo beneficia-nos a todos. Porque o feminismo não é uma causa das mulheres, é uma condição necessária para a democracia.

Assim, proponho que o Congresso do LIVRE, reunido nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2026, delibere:

1. Reafirmar o feminismo como um eixo estruturante do projeto político do LIVRE e assumir o combate às desigualdades de género como uma prioridade transversal a toda a ação política do partido.
2. Recomendar que todas as estruturas do partido, bem como os seus eleitos nacionais e locais, integrem uma perspetiva feminista na elaboração das propostas, posições públicas e documentos estratégicos.
3. Mandatar o Grupo de Contacto para, durante o próximo mandato, encetar um processo de reflexão inter-órgãos (com recurso a especialistas, sempre que necessário) sobre a promoção da igualdade de género no funcionamento interno do partido, incluindo a avaliação e proposta de reforma dos atuais mecanismos de representação e paridade.
4. Mandatar o Grupo de Contacto a promover a realização de formações, debates e produção programática sobre feminismo e igualdade de género, envolvendo membros, apoiantes, especialistas e organizações da sociedade civil.

Proponentes

- Joana Filipe
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Glória Franco
- Sónia Sapinho
- Tomás Cardoso Pereira
- Filipe Honório
- Henrique Vasconcelos
- Inês Pires
- Paulo Muacho
- Beatriz Filipe